

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.178 - GO (2019/0306604-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : DAVI NARCIZO SANTIAGO (PRESO)
ADVOGADO : ERASMO JOSÉ DE ANANIAS NETO - GO024100
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

DAVI NARCIZO SANTIAGO alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 5454757-98.2019.8.09.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Cautelarmente segregado desde 26/7/2018 pela suposta prática dos delitos previstos nos "art. 180, § 1º, c/c art. 71, art. 311, todos do Código Penal Brasileiro, art. 2º, da Lei nº 12.850/2013", requer **a revogação de sua prisão preventiva**, porquanto está caracterizado o excesso de prazo para a manutenção da medida cautelar máxima. Conforme alega a defesa, "a partir da expressa adoção constitucional da garantia da razoável duração do processo, não bastará o simples encerramento da instrução criminal para que seja descartada a ocorrência de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa do réu. O processo deverá ser concluído, efetivamente, dentro de um prazo razoável" (fl. 242).

Não concedida a medida liminar e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não provimento do recurso.

Decido.

Consoante as informações prestadas pelo Juízo de primeira instância à Corte de origem, "apurou-se a existência de uma organização criminosa, liderada por Juvenal Ribeiro Carvalho, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, cujo objetivo era o de obter, diretamente vantagem pecuniária. **Apurou-se, também, que o grupo possui uma nítida divisão de tarefas, de modo que cada etapa das atividades é executada por núcleos específicos, de assaltantes, adulteradores, falsários e receptadores**" (fl. 215, destaquei).

Ainda segundo informou o Juízo singular, "[o] paciente auxiliava o líder da organização criminosa a determinar os veículos a serem

subtraídos, articular assaltos, bem como providenciar a adulteração dos sinais identificadores e a falsificação de documentos, além de coordenar a venda dos automóveis clonados" (fl. 215).

Por fim, no que tange ao suposto excesso de prazo, apontou que "a dilação do curso da marcha processual não deriva da vontade deste julgador ou da inércia da máquina judiciária, **o compulsar dos autos revela a ocorrência de situações que a justifica, especialmente a pluralidade de réus (presos e soltos), neste caso, 18 (dezoito) denunciados, bem como a pluralidade de defensores**" (fl. 217, grifei).

Diversamente, a Corte de origem não se debruçou sobre as razões que estariam relacionadas à alegada demora da marcha processual, visto que, ao analisar o pleito no *writ* lá impetrado, limitou-se a destacar a incidência do Enunciado Sumular n. 52 deste Tribunal Superior, segundo o qual, "[e]ncerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Nos termos do acórdão inquinado coator:

[...]

A manifestação do representante ministerial de cúpula e a consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás demonstram o encerramento da instrução processual da ação penal movida em desfavor do paciente, por violação do art. 180, § 1º, c/c art. 71, art. 311, todos do Código Penal Brasileiro, art. 2º, da Lei nº 12.850/13, **estando os autos aguardando as derradeiras alegações das partes, não ocorrendo a irregularidade da custódia antecipada, afastado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, entendimento galvanizado pela Súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça.**

Não ocorre a ilegalidade na manutenção do regime de custódia antecipada imposto ao paciente, por violação do art. 180, § 1º, c/c art. 71, art. 311, todos do Código Penal Brasileiro, art. 2º, da Lei nº 12.850/13, a pretexto do excesso de prazo para a formação da culpa na ação penal contra ele ajuizada, **se o procedimento penal já se encontra na fase das alegações finais das partes, concluída a investigação judicial dos fatos, a teor da Súmula 52, do STJ (fls. 224-225, sublinhei).]**

Não olvido ser "compreensível que feitos complexos e de difícil resolução, com elevado número de réus ou de condutas delituosas, protraíam-se no tempo, merecendo uma análise flexível dos prazos da segregação" (HC n. 438.810/CE, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Rel. p/ Acórdão Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 15/5/2018).

Também não desconheço, como acima mencionado, o entendimento desta Corte Superior de Justiça, sintetizado no teor da Súmula n. 52, "tal entendimento, contudo, deve ser mitigado, visando atender aos princípios da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, na medida em que **é direito do acusado ser julgado em prazo razoável ou ser posto em liberdade**" (HC n. 169.327/CE, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 1º/8/2017, destaquei).

Nesse sentido:

[...]

4. Ainda que esta Corte Superior tenha editado a Súmula n. 52, consagrando o entendimento de que o encerramento da instrução processual torna superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo, **parece o caso de excepcional superação do verbete sumular. Isso porque, afigura-se desproporcional a manutenção da constrição cautelar do paciente por quase 4 anos, estando concluso para sentença há mais de 1 ano, e sem perspectiva de seu julgamento**, principalmente em se tratando de processo com réu único, no qual não se verifica qualquer condição especial que justifique a necessidade de dilação dos prazos processuais. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para relaxar a prisão preventiva em análise, determinando a expedição de alvará de soltura, se por outro motivo o paciente não estiver preso, sem prejuízo da possibilidade da fixação de outras medidas cautelares pelo Magistrado de primeiro grau [...] (HC n. 443.259/PE, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 15/6/2018, grifei).

É imperioso salientar que o simples encerramento da instrução processual não finda eventual constrangimento sofrido em razão do acautelamento do réu, tendo em vista o lapso a ser auferido entre a conclusão do feito e seu efetivo julgamento, mediante a prolação de sentença, uma vez

que, consoante previsto na Constituição da República de 1988, em seu art. 5º, LXXVIII, "a todos, no âmbito judicial e administrativo, **são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação**" (grifei).

A partir de tal premissa, devo ressaltar que o habeas corpus originário foi julgado em 3/9/2019, oportunidade em que a Corte de origem apontou a incidência da Súmula n. 52 do STJ. No entanto, **em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, verifica-se que não foi ainda prolatada sentença na referida ação penal, visto que o último andamento data de 15/2/2020 e refere-se apenas à conclusão do feito.**

Portanto, **apesar de afastado pelo Tribunal local o apontado excesso de prazo para encerramento do feito, o processo ainda não foi sentenciado.** Entretanto, não dispõe o Superior Tribunal de Justiça de elementos fáticos que permitam o exame da conjuntura relacionada ao trâmite processual em questão, porquanto **a Corte de origem, como já destaquei, limitou-se à aplicação do verbete sumular, o que impõe o retorno dos autos para que se proceda à análise da marcha da referida ação penal, ainda pendente de julgamento.**

Por fim, no que diz respeito à aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal, o Tribunal estadual asseverou que **a revogação da prisão preventiva dos corréus foi levada a efeito pelo Juízo de primeiro grau e que o paciente não direcionou qualquer pedido à instância anterior para obter a pleiteada extensão dos efeitos.** Confira-se:

O benefício concedido a terceiro pode ser estendido a outros que, no mesmo processo, estejam em situação idêntica à do que foi favorecido, a teor do art. 580, do Código de Processo Penal, cabendo à autoridade judiciária concedente apreciar o aproveitamento aos demais, **não se inserindo como de contemplação originária de órgão estranho ao que firmou a decisão tomada como paradigma [...]** (fl. 227, grifei).

Assim, verifica-se ser defeso a esta Corte Superior adentrar o exame da questão aqui suscitada, dada a evidente e insuperável supressão de instância. A esse respeito:

[...] nota-se que a Corte originária não analisou as

referidas questões. **Impossibilidade de análise desses pontos da impetração pelo STJ, sob pena de atuar em indevida supressão de instância**, com a consequente ampliação inconstitucional da competência recursal ordinária (CF, art, 105, II) [...] (HC n. 486.103/MG, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 30/4/2019, grifei).

[...] A Corte estadual não analisou a tese ora trazida pela defesa no presente *mandamus* consubstanciada em nulidade decorrente da falta de manifestação do juízo primevo acerca das teses defensivas apresentadas na resposta à acusação. Limitou-se o Tribunal de origem a concluir que a matéria "é sanável por recurso próprio, do qual o Habeas Corpus não pode funcionar como sucedâneo" (fl. 335). **Dessa forma, este Tribunal Superior encontra-se impedido de pronunciar-se a respeito, sob pena de indevida supressão de instância** [...] (RHC n. 86.893/SP, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 7/11/2018, destaquei).

À vista do exposto, **dou provimento** ao recurso em habeas corpus para determinar o retorno dos autos à autoridade coatora, a saber, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, para que, afastada a incidência da Súmula n. 52 do STJ, este se pronuncie acerca da ocorrência de eventual ilegalidade no trâmite processual da Ação Penal n. 253489-09.2017.8.09.0175.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor deste *decisum* ao Juízo singular e à autoridade apontada como coatora.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**